

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: UM CAMINHO A MAIS PARA O CONHECIMENTO DA PRESENÇA NEGRA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

**CUNHA, Lídia Nunes
UFPE**

Introdução

Ultimamente se vem discutindo no âmbito da pesquisa histórica o uso de fontes não convencionais, como a fotografia, e seu valor enquanto documento para o trabalho do historiador. No Brasil, pode-se dizer que o seu uso é ainda embrionário, dado as dificuldades e aos limites que nossa realidade impõe a esse tipo de pesquisa.

Quando se trata da pesquisa histórica especificamente voltada para os aspectos educacionais de um determinado contexto ou período, pode-se dizer então que o tema se torna ainda mais escasso e complexo. Complexo, porque enquanto historiadora da educação, trabalhamos com duas áreas distintas, que exigem metodologias específicas no seu trato, muito embora não sejam antagônicas. Escasso, porque se na pesquisa histórica mais geral, o uso da fotografia enquanto fonte ainda levanta muitas interrogações dada a sua recente utilização, mesmo que hoje seja impossível negar a validade deste documento, na pesquisa voltada para a história da educação, isto é ainda mais incipiente e novo. Neste caso, junta-se às exigências metodológicas do trabalho (abrangendo duas áreas específicas - História e Educação), à particularidade da fonte documental que se comunica através da imagem.

Para o nosso trabalho, juntamos a essas três possíveis complexidades (assim chamadas didaticamente), o viés específico que nos guiou na leitura do documento fotográfico, ou seja, procuramos compreender como a imagem escolar dos anos 20 e 30 captou a imagem da criança/aluno(a) negra nas escolas públicas do período.

Recorrer ao documento fotográfico durante esta pesquisa, possibilitou-nos satisfazer algumas interrogações preliminares que tínhamos sobre a possível presença negra no universo escolar público daquele momento. Esta presença se efetiva não apenas no nível dos discursos, ou seja, das investidas através da tribuna ou da imprensa de políticos e intelectuais defensores da ampliação do acesso à escola de ampla camada antes ausente, mas também no nível da presença física nos ambientes escolares públicos.

No entanto, esta presença tem objetivos diferenciados para esta e para aquela população que frequenta a mesma escola pública. Ou seja, os mecanismos de diferenciação são mantidos dentro de um mesmo sistema público de ensino. Para a época, pareceu-nos ser este o mecanismo diferenciador utilizado pelas elites e classes médias urbanas, que não pensavam a ida para o ensino privado como linha demarcatória das diferenças de acesso ao saber sistematizado.

Levando em conta este mecanismo de diferenciação, foi possível iniciarmos a leitura dos documentos iconográficos, primando pela observação dos cenários escolares e dos personagens negros destes cenários. Um emaranhado de leituras possíveis, revelam os emaranhados dos nossos mecanismos de diferenciação étnica que mesmo ocorrendo simultaneamente àquelas de ordem social ou de classe não se constituem numa mesma coisa apesar de sua ocorrência imbricada.

1. Sobre a fotografia

O desenvolvimento da fotografia no Brasil ocorreu em paralelo ao seu desenvolvimento nos países mais desenvolvidos da Europa e da América¹. No entanto, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a divulgação e o uso dessa técnica passou a fazer parte do cotidiano dos setores mais abastados da sociedade brasileira que, acompanhando a moda européia e fascinada com a capacidade de perpetuar a própria imagem, tornar-se-ão nos principais clientes de fotógrafos, em geral estrangeiros, que vêm no Brasil a oportunidade de um vasto campo para o exercício dessa profissão/arte².

No entanto, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX em diante, principalmente nas cidades, faz surgir novos grupos sociais com capacidade para consumir os novos produtos que aparecem no mercado dentre eles, a fotografia³. O modo de vida e gosto burgueses ditam os padrões que os demais segmentos da população deveriam ter como regra. Os segmentos sociais intermediários, identificando-se cada vez mais com tais padrões, faz ampliar o número de consumidores dos chamados

¹ KOSSOY, Boris. "Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX". Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980. p. 10 e 11

² idem

³ SÜSSEKIND, F. Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

“bens simbólicos”⁴. Por outro lado, o aperfeiçoamento da técnica fotográfica que facilitou o seu manuseio e transporte⁵, além das novas técnicas de revelação, podem ser apontados como o núcleo das causas que resultaram na rápida disseminação da fotografia nos centros urbanos, cada vez para um maior número de pessoas.⁶

Os registros fotográficos do espaço escolar datam desta época e acompanham o crescente interesse do homem e da mulher urbana e moderna, em querer perpetuar a própria imagem, a do mundo natural e a do mundo artificial em que vive. No caso das fontes a que tivemos acesso, a objetiva captou trabalhos escolares realizados por alunos e professores, espaços internos das escolas como bibliotecas e salas de aula, espaços externos ora registrando atividades lúdicas, ora atividades práticas e manuais, ora momentos de comemorações cívicas. Mas, para além desses temas que o documento fotográfico nos leva a perceber, o registro dos grupos humanos nos espaços acima referidos, são outra rica fonte de informação que a imagem fotográfica traz à tona, permitindo-nos mapear a diversidade de tipos humanos presentes no universo escolar daquelas décadas.

A fotografia conseguiu através do desenvolvimento técnico-científico fixar e perpetuar a imagem humana mais do que em todas as gerações anteriores. Este acontecimento se torna assim fascinante: o domínio do invisível, possibilitou fixar o visível.

O pesquisador ao lidar com este recurso, tende a reagir inicialmente com este mesmo encantamento diante das relíquias e cortes do passado que o tempo não sucumbiu. Mas, ler uma imagem historicamente é mais do que apreciar o seu esqueleto aparente. Ela é construção histórica em determinado momento e lugar, e quase sempre foi pensada e planejada. Atores e fotógrafos negociam o cenário fotográfico mas essa negociação não é aleatória, ao ser feita visa um público alvo e o que se quer mostrar a este público. O palco montado, aproxima a fotografia de outros interesses ou intenções como o de vender uma realidade ou corte da realidade. Neste caso, o fotógrafo assume posição privilegiada já que ele dominando a técnica tende a montar o palco a sua maneira, persuadindo os seus clientes.

⁴ SEGALA, Lygia. “O popular brasileiro e a fotografia no século XIX”. In: Anais do Seminário Pedagogia da imagem, imagem na Pedagogia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996. P. 70 & KOSSOY, B. op. Cit. P. 38

⁵ A fotografia se tornou acessível ao público depois que George Eastman lançou a Kodak em 1888. Ele desejava “elaborar um sistema fotográfico através do qual a pessoa simplesmente tirasse a foto”. BUSSELLE, Michael. Tudo sobre Fotografia. 4ª ed. Trad. Vera Amaral Tarcha. São Paulo: Pioneira, 1988. p. 36

No entanto, mesmo que se constitua uma realidade montada ou um corte da realidade, fruto da imaginação de um ou mais componentes, a imagem fixada não existe fora de um contexto, de uma situação. Pedacos desse contexto são encontrados tanto no interior da fotografia, quanto no seu exterior. O interior corresponderia ao próprio cenário com seus utensílios e apetrechos, as pessoas com suas roupas, cabelos, modos e posturas corporais. O exterior corresponderia de um lado ao próprio suporte onde está guardada a imagem (o papel), as técnicas de produção e revelação disponíveis no momento ao fotógrafo, como também as perspectivas que tal novidade técnica gerou ou não nas pessoas em geral.

Sendo assim, pode-se afirmar que os documentos fotográficos que trabalhamos, têm no centro do palco a escola. A escola constituída de diversidade e de conflitos que a fotografia, muitas vezes, tenta mascarar com o recurso da técnica, preferindo destacar e divulgar um discurso de harmonia social e étnica.

1.1 Origem do documento e seu uso

Trabalhamos especificamente com o acervo de fotografias do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Isto significa dizer que a produção destes documentos correspondeu às necessidades cotidianas dos vários Departamentos de Instrução Pública que, ao longo do tempo, adotaram vários nomes e estiveram subordinados a diferentes Secretarias que compunham os Governos Estaduais. Esta informação é fundamental porque nos permite situar o grau de intencionalidade possível, existente no momento em que ele foi produzido.

Mesmo assim, utilizando-nos das palavras de Miriam Moreira Leite, partimos do princípio de que “a imagem não se comunica com clareza”⁷. Ela pode forjar realidades que somente as voltas de constantes e insistentes olhares, aliada a disposição dos sentidos em captar aquilo que não vemos na superfície, pode nos levar a reconhecer outros conteúdos que ultrapassem aquela primeira impressão que se tenta impor ou estabelecer. Desta forma, para que a amplitude de possibilidades da fonte iconográfica (a fotografia) não se transforme num empecilho ao historiador, Miriam Moreira Leite destaca dois elementos

⁶ KOSSOY, B. op. cit. p. 42-45

⁷ LEITE, Miriam L. Moreira. Imagem e Educação. In: Anais do seminário Pedagogia da Imagem na Pedagogia. RJ: UFF, 1996: 83

decisivos para a leitura da imagem: o primeiro seria um bom conhecimento de base técnica e o segundo se refere a uma boa dose de criação artística. Segundo ela “*a decifração de uma mensagem visual é uma tarefa em fim, que pode ser iniciada pelo conteúdo manifesto, uma unanimidade de compreensão, mas precisa levar em conta o conteúdo latente e as interpretações possíveis*”⁸.

No trato das imagens que trabalhamos, o “conteúdo manifesto” correspondeu a primeira etapa de nossa análise, considerando neste ponto, o nosso maior interesse, ou seja, observar nas imagens a forma como foram representados os alunos negros no cenário escolar fotografado. Sendo assim, a “unanimidade de compreensão” desta etapa, que seria o ato de constatar a presença negra nas imagens de ambientes escolares, alguns suportes documentais poderia nos levar a precipitada conclusão da inexistência de conflitos culturais e étnicos no espaço escolar público. Se isolamos tais fotografias e não as confrontamos com outras pertencentes a outros ambientes escolares onde a presença negra é pequena ou nula, possivelmente chegaríamos a meia verdades sobre a nossa presença ou ausência na escola pública. Isto ocorre porque no “conteúdo manifesto”, as contradições e os conflitos são em geral pouco observados atingindo desta forma, as expectativas de seus criadores: fotógrafos, Estado, financiadores, compradores da imagem.

Nas imagens dos ambientes escolares que chamamos de pensados para os negros e os pobres em geral, a mensagem que tende a ser unânime é a de que existe uma harmonia, no cenário que não estabeleceu -pelo menos por critérios étnicos- prioridades entre quem deveria ocupar os espaços de fundo e de frente do cenário fotográfico. Negros ou não, convivem num mesmo espaço em harmonia étnica, como se a condição de classe eliminasse as diferenças e os conflitos étnicos de uma sociedade onde a hierarquia se pauta também, pelo pertencimento étnico de uma pessoa ou grupo. Parece se estabelecer implicitamente que os preconceitos raciais só são plausíveis de manifestação entre pessoas de classe e condição social diferentes.

Caminhando para a segunda fase da leitura, que no dizer de Leite é a dos “conteúdos latentes” e, mantendo-se uma comparação constante entre as imagens de outros espaços escolares, foi possível uma melhor compreensão da dinâmica de nossa inclusão/exclusão no mundo escolar. Neste caso, pelo caráter específico da dinâmica do racismo brasileiro e de

⁸ LEITE, M. L. M. Imagem e Educação. In: Anais do Seminário Pedagogia da Imagem e Imagem na

nossa formação histórica, preferimos dizer: uma melhor compreensão da dinâmica de nossa semi-inclusão no universo escolar público dos anos 20 e 30.

No entanto, esta interpretação das fontes só foi possível a partir de uma organização preliminar que viabilizou os critérios de seleção dos documentos. Primeiro, é importante colocar que esta documentação nunca chegou a ser trabalhada por algum pesquisador a quem pudéssemos recorrer a procura de informações mais detalhadas. Em segundo lugar, a maioria desta documentação, devido a forma como foi guardada ao longo do tempo, perdeu informações fundamentais que responderiam perguntas do tipo: como elas foram geradas? Por quem? Para quem? Por quê? Em terceiro lugar, o volume documental do arquivo fotográfico e a maneira como o mesmo se encontra organizado; e por fim, os limites de nossa própria formação nos cursos de história e de educação, que privilegia o uso e o ensino do manuseio do documento escrito, em detrimento de outras fontes documentais.

Desta maneira, para uma maior facilidade dos trabalhos e organização dos documentos fotográficos, selecionamos vinte fotografias de um total de sessenta e três que foram copiadas, das 412 que se encontram no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. O critério e a exigência mais importante para a seleção dessas 20 imagens foram a de retratarem pessoas vivenciando o ambiente escolar. Em seguida privilegiamos os retratos tirados em escola localizadas na cidade do Recife ou cidades mais próximas a ela que tivessem certa expressão no cenário econômico e populacional da época, a exemplo das cidades de Caruaru e Vitória de Santo Antão. Outro critério foi o de que essas fotografias correspondessem ao período de interesse para os nossos estudos que se estenderam até 1936.

Concluídas essas exigências chamamos os 20 documentos que selecionamos de “Grupos Humanos” e os dividimos em 3 categorias: 1) grupo humano misto (meninas e meninos); 2) grupo humano masculino e 3) grupo humano feminino.

A ausência de conhecimentos técnicos para o trato com este tipo de documentação por parte daqueles que tiveram os primeiros contatos, resultou na grave falha de isolar tais imagens da parte escrita a que elas geralmente estavam anexadas, tais como: relatórios, ofícios e correspondências em geral. Isto limitou a identificação exata das datas em que elas

circularam dentro dos órgãos, entre seus departamentos, e para quais objetivos, aumentando a necessidade de recorrer a outras fontes, especialmente a escrita, para suprir tais lacunas⁹.

Assim, considerando a hipótese inicial de que a população negra está na escola pública desde os anos 20 e 30 não só nos discursos de intelectuais e educadores a respeito da educação popular mas enquanto presença efetiva na sala de aula, o critério adequado de seleção do documento (fotografias que registram pessoas vivenciando o ambiente escolar), limita gradualmente as dificuldades comuns a quem se ver diante de uma numerosa fonte documental. Os demais critérios, auxiliados pelo anterior, terminam a tarefa da seleção dos documentos. No entanto, esta seleção e estes critérios, serão fornecidos pela própria iconografia que sendo um fragmento da própria realidade, é incapaz de revelar o tudo e o todo.

2. Conclusão e premissas para uma renovação teórica

O registro da totalidade do ambiente em detrimento do registro particularizado de partes do conjunto é a marca da maioria dos cenários fotográfico que trabalhamos. Um dos caminhos para a compreensão dessa tendência que aparece em mais de 90% dos documentos, foi compreendermos o contexto educacional no qual tais documentos foram produzidos, finais dos anos 20 e década de 30, considerando as tendências pedagógicas favoráveis ou não a inserção dos grupos não privilegiados da hierarquia social no universo da educação escolarizável.

Os princípios escolanovistas, dominaram a maioria das reformas educacionais que ocorreram durante a década de 20 em muitos Estados brasileiros. Em Pernambuco, ela ocorre em 1928 durante o governo de Estácio Coimbra. Tal reforma foi feita com base no pensamento da escola nova que dentre os seus princípios: enfatiza que o educando no momento de sua formação escolar deve ser considerado em sua totalidade e a escola como

⁹ Auxiliou-nos no processo de identificação das fotografias, informações obtidas através do Anuário Estatístico do Estado (“Resumos estatísticos e descritivos das atividades pernambucanas em vários aspectos”), na parte referente as Escolas Públicas onde, geralmente circulavam as informações mais recentes a respeito das escolas, o que vinham realizando, a situação financeira, sua localização como também, a publicação de fotografias de vários estabelecimentos escolares, sendo, algumas vezes, as mesmas fotografias encontradas no acervo do Arquivo Público Estadual. Desta forma privilegiamos os documentos que traziam conteúdos do tipo: nome da escola, local, evento etc.

espaço que vai receber este ser total, deve reproduzir um ambiente compatível com esta totalidade¹⁰.

Assim, a produção desses registros fotográficos¹¹, sem que com isto se faça uma relação mecânica mas, considerando ser este documento produzido dentro das necessidades cotidianas de um órgão público, tem como intenção geral reproduzir através da objetiva a totalidade do ambiente composto dentre outras coisas pelos personagens humanos que aparecem diluídos na totalidade do conjunto. O registro muitas vezes distanciado de tais personagens se torna uma dificuldade à percepção de algumas particularidades, o que exige do pesquisador recorrer ao uso de ferramentas que ampliem as imagens¹².

No Brasil como bem salienta Mendonça, os escolanovistas são identificados com a preocupação de democratizar o ensino; com a defesa da idéia de que este deve ser de iniciativa do Estado; com a crítica a escola tradicional; com a crença de que a escola pode reconstruir a sociedade e proporcionar a mobilidade social¹³. Democratizar o ensino numa sociedade fortemente marcada pelas hierarquias, sem considerar que essas hierarquias são além de sociais, étnicas, seria não querer democratizar. Mas essa democratização que pela primeira vez se amplia para além dos estabelecimentos correcionais que compõem o conjunto das escolas públicas, é limitada e diferenciada¹⁴.

As teorias racistas daquele contexto são, em princípio, antagônicas as idéias escolanovistas, mas não deixam de se apresentar e mesmo serem aceitas por muitos educadores e intelectuais desta tendência pedagógica¹⁵. As imagens ao retratarem os personagens negros do ambiente escolar, vendem a idéia de que este segmento ainda que reduzido, é perfeitamente integrado no seio dos estabelecimentos escolares, satisfazendo a perspectiva da escola como caminho para a democratização, a reconstrução da sociedade e a mobilidade social.

¹⁰ MENDONÇA, C. A Escola Nova em Pernambuco. Dissertação de Mestrado defendida na Pós-Graduação em Educação da UFPE. Recife, 1987.

¹¹ A maioria dos documentos foram produzidos depois de 1928.

¹² No caso de nossa pesquisa, recorreremos ao programa Corel Photo-Paint 8.0 e também ao Photo Shop 4.0

¹³ MENDONÇA, C. A Escola Nova em Pernambuco. Dissertação de Mestrado defendida na Pós-Graduação em Educação da UFPE. Recife, 1987 p. 27 e 28

¹⁴ Os limites e as diferenciações devem considerar também as diferenças regionais e a absorção da mão de obra "nacional" em cada uma dessas regiões com o final da instituição escravista.

¹⁵ MARQUES, Vera Regina. A Medicalização da Raça: médico, educadores e discurso eugênico. Campinas: ed. Unicamp, 1994.

Os personagens negros aparecem tanto nos estabelecimentos que chamamos de “proibidos”, ou seja, que enfatizam o ensino voltado para a formação de quadros da elite, como naqueles espaços “permitidos” que oferecem ao lado de uma formação profissional o ensino básico equivalente ao primário. Para o primeiro tipo de escola a presença negra é reduzida e em alguns casos inexistentes. No segundo tipo de estabelecimento, o da presença permitida, a população negra é quase maioria em relação aos demais grupos étnicos.

Em ambos os espaços escolares, a organização dos cenários não revelam preferências de ordem étnica para a ocupação do primeiro ou segundo plano do conjunto fotografado. Mesmo nos espaços proibidos notamos o registro de alunos negros no primeiro plano da fotografia. Nos espaços permitidos, esta população se constitui em maioria como no caso do registro da escola técnico profissional masculina e na escola agrícola de Goiana. Também nelas a ausência de conflitos e a sensação de harmonia étnica é a primeira conclusão que se chega após uma análise rápida e superficial.

Uma análise isolada desses registros fotográficos resultaria em conclusões fechadas onde haveriam unicamente duas possibilidades: o sim ou o não. Ora estaríamos afirmando que a população negra está totalmente ausente da escola; ora, que está totalmente inserida no sistema de ensino público. Contrário a isto, outra opção que consideramos mais adequada seria de que essa escola pública para a qual nos dirigimos, não é a mesma escola pública para onde se dirigem os setores mais privilegiados. No entanto, essa observação é útil apenas como ponto de partida da análise. Numa leitura mais profunda é necessário estabelecer uma constante visita a documentação, acompanhada de critérios de comparação que permitam estabelecer a leitura dos documentos dentro das lógicas de enfrentamento das questões étnicas produzidas no interior da sociedade brasileira e especialmente no estado de Pernambuco.

Todos esses estabelecimentos fotografados são parte de uma mesma instituição chamada Escolas Públicas Estaduais. A reforma de 28 trouxe para a responsabilidade do Estado, a administração, gestão, construção e manutenção também, das escolas de aprendizado agrícola, dos institutos profissionais, das escolas técnico-profissionais etc. Esses estabelecimentos deixam de ser apenas subvencionados pelo Estado, passando eles para a sua responsabilidade direta. Sendo assim, o mais importante ao se constatar uma escola diferente para determinados setores da população, é perceber que essa diferença se

reproduz no interior de uma mesma instituição pública. Ele é diferenciador em seus objetivos quando demarca os campos de presença e ausência em tal e qual ambiente escolar daqueles que o procuram.

Os mecanismos de inclusão/semi-inclusão dos afrodescendentes no universo das escolas públicas se apresentam assim de maneira sutil. O discurso da harmonia e falta de conflito são ligeiramente questionáveis quando se estabelecem novas relações e critérios de análise. Se não os percebemos claramente no cômputo das imagens que se diluem na totalidade, eles não deixam de aparecer quando comparados com outras fotografias, produzidas no mesmo contexto. Desta maneira, concentrar a presença negra nos espaços escolares diferenciados, significou incluir parcialmente no sistema mais amplo da educação escolarizada pública, e em todo o projeto modernizador dos anos 20 e 30, a população negra.

O Estado traz para si a responsabilidade que antes só indiretamente assumia. Mas neste momento que deveria significar a ampliação do acesso aos bens simbólicos produzidos em sociedade, ocorre o fenômeno da semi-inclusão ou inclusão diferenciada. É um mesmo sistema público, a fonte de seus recursos são os mesmos, mas os objetivos almejados para a população escolar, não são iguais. Isto porque a escola que deveria possibilitar a “emancipação” (utilizando-nos de uma terminologia iluminista), conserva as marcas de diferenciações hierárquicas de nossa sociedade, ou seja, a hierarquias de base étnico-social.

A nossa semi-inclusão nos sistemas escolares públicos dos anos 20 e 30, é a face visível de uma postura ideológica que viu numa das matrizes de nossa herança étnica, a impossibilidade de convivência com a civilização e tenta resolvê-la através de medidas que resguardem o princípio hierárquico das relações inter-étnicas.

A fotografia enquanto registro, não deixou de reproduzir esta prática social da negação que reproduz e perpetua as hierarquias. Ela, no entanto, possui critérios de análise inesgotáveis e as mensagens que se escondem por trás do cenário montado de forma bonita e harmoniosa, só têm suas cortinas derrubadas quando fazemos perguntas outras que estão para além de uma simples resposta imediata e, essas respostas ainda assim nos levam a outras perguntas...

3. Bibliografia

- BUSSELLE, Michael. Tudo sobre Fotografia. 4ª ed. Trad. Vera Amaral Tarcha. São Paulo: Pioneira, 1988.
- KOSSOY, Boris. “Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX”. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Imagem e Educação. In: Anais do seminário Pedagogia da Imagem na Pedagogia. RJ: UFF, 1996.
- MARQUES, Vera Regina. A Medicalização da Raça: médico, educadores e discurso eugênico. Campinas: ed. Unicamp, 1994.
- MENDONÇA, C. A Escola Nova em Pernambuco. Dissertação de Mestrado defendida na Pós-Graduação em Educação da UFPE. Recife, 1987.
- SEGALA, Lygia. “O popular brasileiro e a fotografia no século XIX”. In: Anais do Seminário Pedagogia da imagem, imagem na Pedagogia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996.
- SÛSSEKIND, F. Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.